



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 72ª
(SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 1º DE SETEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito aos Srs. Deputados que se encontram nas dependências da Casa e em seus gabinetes que se dirijam ao plenário, pois queremos iniciar a votação dos projetos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 71ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

(Expediente publicado no DCL nº 162 - Suplemento, de 09/09/2009, juntamente com a ata sucinta da 72ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência faz o seguinte comunicado: A Câmara Mais Perto de Você é um projeto de aproximação do Poder Legislativo com a nossa comunidade e foi criado pela atual Mesa Diretora. A informalidade que impera nas edições traz a setores da Casa dificuldade para reprodução em documento e registro dos trabalhos.

Assim, nas prerrogativas conferidas pelo art. 42, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno, para clareza dos seus registros, informamos que a sessão ordinária de 26 de agosto de 2009, em Planaltina, do projeto A Câmara mais Perto de Você, foi aberta para o início dos trabalhos e depois foi suspensa para que a comunidade participasse com direito a voz. Tudo foi devidamente registrado em notas e áudio. Posteriormente, a sessão foi retomada para apreciação de matéria da Ordem do Dia e encerramento. Assim, ouvindo as unidades envolvidas, essa deve ser a forma do registro daquela sessão. Informamos ao Setor de Comunicação e ao Setor de Relação Social ser esse o procedimento padrão a ser adotado nas próximas edições.

Outro comunicado da Presidência: Errata da Ordem do Dia. Informo que o item nº 15 da Ordem do Dia, Projeto de Lei Complementar nº 24, foi apresentado em 2009 e não em 2008 como consta na pauta. Nesse sentido, solicito a sua retificação.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no ano passado, votamos um projeto de lei que originou a Lei Complementar nº 757, de 19 de março de 2009, que criou ou ampliou os 4 pavimentos do Riacho Fundo I. A lei saiu com um defeito técnico – embora sancionada pelo Governador em ato solene no Riacho Fundo – que impossibilitou a sua aplicação. O Governador, sensível ao apelo que fizemos a S.Exa., remeteu para esta Casa a Mensagem nº 196, de 2009, para que fizéssemos a devida correção, que é o Projeto de Lei Complementar nº 133. Eu peço a V.Exa. inversão de pauta para que esse projeto seja incluído na pauta de votação, no máximo, desta semana, uma vez que, com a primeira lei, muitos empresários do Riacho Fundo começaram suas edificações e estão sendo notificados pela AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal. Alguns já foram até multados em razão do defeito da lei, que não pôde ser aplicada. Então, urge que se coloque esse projeto em votação, até porque ele não contempla nenhuma discussão além da correção à que o Governador mandou proceder.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e determino a inclusão na Ordem do Dia como item extrapauta. Se tivermos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

possibilidade, faremos a votação hoje ainda; se não, figurará a partir de amanhã na Ordem do Dia.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Muito obrigado. Eu apelo para que comecemos a processar hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Ele já foi, inclusive, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Reguffe, meu amigo, Deputado Milton Barbosa, eu até iria abrir mão de fazer uso da palavra, mas ouvi agora um absurdo e, quando ouvimos uma coisa absurda, ficamos um pouco impressionados

Este é um país tão interessante, de gente boa e generosa, e o Governo do Partido dos Trabalhadores é tão generoso... é uma coisa fabulosa!

A revista *Veja* mostrou, no final da semana passada, o que está beneficiando o Movimento dos Sem-Terra. E esse Movimento dos Sem-Terra é uma coisa tão brutal, mas tão brutal, que ficamos um pouco assustados. Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa., como advogado, sabe muito bem disso; assim como a Deputada Jaqueline Roriz e o Deputado Milton Barbosa, advogado e delegado.

Agora, pasmem! Pasmem com o que vou ler aqui. A folha política publicada em Minas Gerais por um jornalista conceituadíssimo daquele estado, o Sr. Paulo César de Oliveira, diz assim:

“Eleição e meio ambiente: a reclamação está geral. Além da crise que afeta toda a economia, da burocracia ambiental que trava quase todos os grandes empreendimentos e do rigor do Ministério Público, agora a CUT também entrou no cenário ambiental. Foi assinado na semana passada um acordo entre o IBAMA e a CUT, em que todos os licenciamentos ambientais terão que obter a anuência dos sindicatos dos trabalhadores. E o Ministro Carlos Minc – que já anunciou que vai ser candidato e deixa o Governo em março de 2010, se não for dispensado antes –, com largos sorrisos. Em ano pré-eleitoral, vale tudo”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Ele poderia ter incluído no acordo, já que vai bagunçar tudo, o IBAMA, a CUT e o MST, porque entrega logo o País para esse povo e acaba com a brincadeira. O Ministro Carlos Minc – Deputado, V.Exa. chega atrasado e critica. O senhor não viu a nota e ainda critica – é o ministro da trapalhada. É o homem que participou da marcha para a liberação da maconha – “libera a maconha, falou?” E depois não é apologia! Apologia a droga é crime! É crime! Incentivar o uso é crime!

O Deputado Federal Laerte Bessa fez um pronunciamento e questionou judicialmente o Ministro. E qual foi a repercussão? A maioria diz: “Está tudo bem, vai, segue”. E, aí, quero saber o que nós, Deputados, podemos fazer a não ser falar aqui? É aí que notamos a nossa insignificância, o tanto que somos pequenos. É, Deputado, ninguém ouve. O PT nem escuta, não está nem aí!

O Deputado Paulo Tadeu é candidato a Deputado Federal. Quero ver se, com esse acordo, algum agricultor lhe será simpático se S.Exa. promover isto: acordo entre o IBAMA e a CUT para licenciamentos ambientais.

Não tem nada a ver? Então, Deputado, faça um aparte e diga que não tem nada a ver! Está aqui, foi assinado, está publicado. Estão querendo tomar tudo, chacareiros, todo mundo! Licença ambiental tem que ir à CUT! O dia em que fizermos qualquer coisa relacionada à licença ambiental, a CUT está aqui: nós é que mandamos.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Parlamentar Democrático Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, quero aproveitar para destacar que hoje é comemorado o Dia do Profissional de Educação Física. Apresentei um projeto que institui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia da Prática da Atividade Física Orientada por Profissional de Educação Física, a ser comemorado no dia 1º de setembro.

Parece-me que, por razões óbvias, é desnecessário dizer o quanto a prática de educação física é necessária para a população. Dentro disso, eu pediria a V.Exa que incluísse esse projeto na pauta e que pudéssemos votá-lo ainda hoje como uma forma de se homenagear esses profissionais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Qual é o projeto, Deputado Raimundo Ribeiro?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Trata-se do projeto de lei que institui no Calendário Oficial de Eventos no Distrito Federal o Dia da Prática de Atividade Física Orientada por Profissional de Educação Física. Esse projeto já está tramitando na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo na pauta de hoje o referido projeto. Se possível, nós o votaremos hoje.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu também gostaria de destacar um projeto que já foi aprovado em primeiro turno e precisa ser aprovado em segundo turno. Esse projeto, inclusive, foi alvo do noticiário de ontem e de hoje no Distrito Federal. Trata-se do Projeto de Lei nº 637, de minha autoria e do Deputado Chico Leite, que estabelece a obrigatoriedade de o Poder Público fornecer, no prazo máximo de 72 horas, o remédio de alto custo, que é de direito do cidadão e que estaria em falta nas farmácias públicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esse projeto já se encontra na Ordem do Dia.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Eram esses os meus pedidos, Sr. Presidente. Espero que consigamos com isso evitar o sofrimento daquelas pessoas que muitas vezes, exatamente por não terem um instrumento legal para suportar o seu pedido, tenham de se valer, às vezes, da Defensoria Pública, que, com muito denodo, vai ao Judiciário e consegue uma liminar. Às vezes, o paciente não tem condições de ficar esperando e, quando sai a decisão ou quando se adquire o remédio, esse paciente já deixou de ser paciente para ser defunto.

Então, agradeço a V.Exa. e peço aos colegas que priorizem a votação desse projeto para que possamos, talvez, evitar muitos óbitos desnecessários na nossa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Raimundo Ribeiro, sua iniciativa é louvável e de grande alcance social.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é louvável a preocupação para que não falem remédios de alto custo para as pessoas que precisam, mas eu gostaria de dizer que a Secretaria de Saúde tem que seguir a lei. Digo isso porque dos 378 milhões depositados do Fundo Nacional de Saúde no Fundo Local, o Departamento de Auditoria do SUS constatou que havia 238 milhões – e esta quantia já está maior – aplicados na instituição financeira. Portanto, apesar de as pessoas não terem acesso a remédio de alto custo, não terem acesso a UTI – porque não há UTI –, estarem padecendo pela ausência de um processo que possibilite o transplante de rins nesta cidade, em março nós tivemos recursos na ordem de 238 milhões na conta da Saúde. E quanto foi gasto com UTI privada! Lembro-me da CPI da Saúde, que investigou a relação da Secretaria com as instituições privadas na compra de diárias de UTI. Naquele ano foram gastos 3 milhões e 700 mil; no ano passado, 71 milhões. Levantamento da auditoria do Tribunal de Contas do DF aponta que metade dos recursos gastos em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

UTIs privadas poderia suprir a demanda de leitos de UTI na rede pública do Distrito Federal. É preciso que se explique muita coisa. É preciso que se explique por que o Secretário, há 3 meses, anunciou mais 30 leitos públicos de UTI; por que estão em almoxarifados *kits* de UTI sucateados, precarizados e sem notas fiscais. Segundo a Secretaria, esses *kits* foram emprestados por um hospital privado de Goiânia que, ao que tudo indica, é aquele que se responsabilizará pela UTI do Hospital de Santa Maria.

Portanto, eu diria que é preciso termos o exercício da legalidade a partir da Secretaria de Saúde. Digo isso porque, apesar de um bebê de 2 meses ter uma sentença favorável ao direito de uso da UTI, 14 dias depois, após 3 notificações da Secretaria de Saúde, faleceu sem o direito de estar na UTI. Talvez, ele estivesse entre nós se tivesse sido acatada a decisão judicial. Aqui rendo as minhas homenagens à Defensoria Pública porque tem, com o exercício da sua função, resgatado muitas vidas que seriam trituradas e eliminadas pela irresponsabilidade que toma conta da Secretaria de Saúde. O Defensor Público, segundo informações que obtivemos, foi ameaçado pelo Secretário-Adjunto da Secretaria de Saúde. Foi ameaçado! Foi dito a ele que está se esquecendo do que pode perder, que está se esquecendo de que é um servidor público. Eu digo: os integrantes da Defensoria Pública, os profissionais, exercem a condição de servidores públicos na sua potencialidade. Não se pode permitir que o estado se curve aos interesses de quem não entende que vivemos em uma República e que há um Estado Democrático de Direito que quer vergar o exercício profissional ao seu bel-prazer.

Da mesma forma, não podemos permitir que a chefe de plantão do CAJE seja substituída por uma pessoa sem nenhuma experiência no exercício da função. Os servidores do CAJE ameaçam amanhã fazer uma paralisação porque dizem que aquele que fica responsável pela unidade durante os feriados e finais de semana, responsável pela disciplina, tem que ter conhecimento do trabalho que ali exerce. A Secretaria de Justiça pediu um prazo de 5 dias para corrigir a nomeação de uma pessoa – cabo eleitoral, sem nenhuma dúvida, nas últimas eleições – que não guarda nenhum tipo de experiência com a instituição de internação para adolescentes em conflito com a lei. O prazo se esgotou, deram mais 10 dias, e os servidores dizem: “Não vamos colocar em risco a própria instituição”. A servidora exonerada, funcionária de carreira com larga experiência no exercício da profissão e no exercício da gestão de uma unidade de internação, apesar de já exonerada, continua exercendo as suas funções em nome da responsabilidade e do bom andamento daquela unidade.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputada Erika Kokay, eu conheço de perto a situação do CAJE. V.Exa. não deixa de ter razão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

em todo o seu pronunciamento sobre aquela instituição. Mas eu sugiro – é apenas uma sugestão – que V.Exa. ajude esse centro. De que forma? Sugerindo as mudanças, já que V.Exa. é membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa e há muito tempo vem acompanhando de perto os problemas daquela instituição. Eu também acompanho os problemas do CAJE e digo que a situação é revoltante, sim. Mas lidar com aqueles rapazes não é fácil. Encontramos ali garotos de todas as idades e posso afirmar que as mães também sofrem. Então, é importante que as críticas de V.Exa. sejam acompanhadas de sugestões. Eu tenho a certeza absoluta de que, conhecendo o Alírio Neto como eu conheço – é da área, delegado, deputado, pessoa de bem –, ele acatará a sugestão de V.Exa. Embora eu endosse a crítica de V.Exa. ao CAJE, quero enaltecer a coragem, a dedicação e a vontade daqueles que estão trabalhando lá. Quero enaltê-los e parabenizá-los. Mas a crítica de V.Exa não deixa de ter validade.

Obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Agradeço o aparte do Deputado Geraldo Naves. Sei que se trata de uma instituição com muita dificuldade de funcionamento, até porque não existem políticas sociais básicas nesta cidade e as políticas públicas estão precarizadas, as medidas de proteção não funcionam, as medidas socioeducativas também estão precarizadas. É por isso que a instituição exige, no mínimo, uma pessoa com conhecimento. Não se pode tirar uma pessoa que está há 10 anos trabalhando em uma instituição, ou quase isso, que é funcionária de carreira e sabe lidar tanto com a resolução de conflitos quanto com as atividades do dia a dia, o cotidiano da instituição, para colocar alguém que não tem nenhum tipo de relação ou de história com qualquer tipo de medida socioeducativa e que carrega no currículo apenas a condição de ter sido cabo eleitoral na eleição de 2006.

Os servidores têm razão de se sentirem inseguros, têm razão de protestarem contra isso, porque protestam em nome de um sentimento republicano. E não tem lógica a pessoa que indicou aquele cabo eleitoral para ocupar função de tamanha delicadeza e tamanha responsabilidade dizer: “Então, arranje-me uma vaga em outro lugar do estado”. Não é assim que funciona o estado, que tem que estar a serviço da população, e não a serviço, nas suas estruturas, das eventuais necessidades eleitorais das pessoas. Por isso eu digo que é preciso que esta Casa se posicione acerca disso, sobretudo em relação a 2 aspectos. Não se pode admitir que qualquer que seja o secretário ou subsecretário intimide ou ameace um defensor público por estar exercendo a sua função de assegurar aquilo que é direito constitucional e basilar do ser humano. E não se pode admitir que uma profissional absolutamente capacitada, com experiência necessária para estar como chefe de plantão de uma unidade como o CAJE, seja substituída para abrir uma vaga, para que seja dado um DAS a uma pessoa que carrega no currículo apenas a condição de ter sido cabo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

eleitoral de um político. Portanto, essas 2 situações exigem que esta Casa se posicione em nome da República, da democracia e dos direitos da pessoa humana.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há na Casa 17 Deputados presentes. Houve o acerto com as Lideranças de que dedicaríamos a sessão de hoje e a de amanhã, com a realização de um mutirão, à apreciação dos vetos. Peço a V.Exa. que avise isso aos colegas Deputados e faço já esse convite. Estão na Casa os Deputados Batista das Cooperativas, Benedito Domingos, Benício Tavares, Bispo Renato, Cristiano Araújo, Dr. Charles, Brunelli, Geraldo Naves, Jaqueline Roriz, Leonardo Prudente, Milton Barbosa, Raad Massouh, Raimundo Ribeiro, Rogério Ulysses, Wilson Lima, Chico Leite, Erika Kokay, Paulo Tadeu e Reguffe. Há *quorum* até mesmo para votarmos as questões que precisam de 16 votos, mas, conforme acordado com Lideranças, passaríamos aos vetos. E esse é o momento propício para pedir que todos os colegas venham para o plenário a fim de que possamos começar a discussão a respeito dos vetos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o pedido de V.Exa. Apelo a todos os Deputados, até porque todos ouviram o convite da Deputada Eurides Brito, que venham para o plenário a fim de apreciarmos os vetos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, seguirmos na apreciação dos vetos significa tão somente aplicarmos o Regimento desta Casa, pois os vetos estão obstruindo a pauta. Não há que se fazer acordo para se cumprir o próprio Regimento; há que se fazer acordo para que o Regimento seja flexibilizado. Não há nenhum óbice, da nossa parte, a que sigamos a Ordem do Dia, para que aquilo que obstrui a pauta seja devidamente apreciado, particularmente os vetos ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, trata-se dos vetos referentes ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial e ao Passe Livre Estudantil também.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já terminou os Comunicados de Parlamentares?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Atendi ao pedido da Deputada Eurides Brito e solicitei que os Deputados viessem para o plenário a fim de apreciarmos os vetos. Indago ao Plenário se todos os Deputados que ainda não se manifestaram abrem mão do seu pronunciamento para apreciarmos os vetos.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não, Sr. Presidente. Eu não abro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Parlamentar Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estivemos, assim como V.Exa., em Planaltina, com A Câmara mais Perto de Você, um programa que tem dado bons resultados. Sinto que a população vai até lá para ter conhecimento do que é a Câmara Legislativa, de quais são as atribuições dos Deputados. Vejo que não existe essa preocupação em explicar à população qual o papel institucional da Câmara Legislativa, quanto custa um Deputado ao Distrito Federal. Percebo que se tem vergonha de falar sobre isso. Na próxima, eu falarei. Eu disse, em Planaltina, que é preciso que o cidadão saiba como o imposto dele é aplicado. Eu disse que aquela estrutura custa, ao nosso imposto, algo em torno de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). É preciso expor tudo isso. O cidadão precisa saber disso. A nós não cabe ter vergonha de dizer essas coisas todas. Temos que dizer, sim. Noto que temos esquecido essa parte.

Aproveito a presença do nosso Presidente para dizer que me foi enviada a pesquisa feita pela EXATA sobre a importância da Câmara Legislativa e sobre o quanto as pessoas a conhecem. É natural que o resultado não seja bom, pois a Câmara Legislativa não tinha o hábito de ir às cidades. Mas observo um aspecto e chamo a atenção dos amigos Parlamentares e de todos aqui: quais são as principais necessidades de Planaltina/DF em agosto? Se compulsarmos aqui todos os bairros de lá, veremos que se pontificou a segurança. Ou seja, o primeiro item de toda pesquisa foi a segurança em todas as localidades. E não é diferente em nenhuma cidade, não! O quesito segurança é algo que intranquiliza a população.

Hoje me dei o direito de sair com minha esposa. Não saía com ela há 3 meses. Não trabalhei pela manhã e fui, com minha esposa, almoçar no ParkShopping. Fiquei assustado com o que me foi dito. Uma trabalhadora de lá me disse que hoje, às 10h30min, uma loja foi assaltada e teve R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de prejuízo. E não para aí! Ela também me disse que, na semana passada, outra loja também foi assaltada no ParkShopping, na cara dura! Digo isso para todos nós, Deputados, salientarmos os pontos principais que Brasília apresenta. Temos que ver a segurança, a saúde e, onde houver dificuldade para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Governo exercer o seu papel, temos de cerrar a fileira para melhorar a vida do cidadão.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, a Segurança Pública desta cidade vive um momento de verdadeiro caos. O sentimento de insegurança é extremamente democrático, porque ele não só está permeado nas classes mais humildes desta cidade, mas também na classe média e nas classes mais ricas. Para a política do Governo, para os postos policiais, que, aliás, vão contra o conceito de segurança pública moderna, que exige mobilidade, o Governo não tem uma resposta pronta. Parece que apenas quando a situação for de total caos é que o Governo dará importância à questão. Fico alegre com o pronunciamento de V.Exa., que tem toda a experiência para tratar desse tema. Aliás, como V. Exa. é da base do Governo, talvez fosse o caso de o Governador do Distrito Federal analisar o seu nome para a Secretaria de Segurança Pública. Por que colocar pessoas que não têm tanto contato com a realidade, inclusive com os desejos e os anseios da população? Eu queria deixar, publicamente, registrado isso. Acho que o Governador deveria considerar com rigor o seu nome, não só pelo conhecimento da área como também para uma gestão mais rigorosa do dinheiro público, já que V.Exa. é tão zeloso nesse assunto.

Eu queria deixar essa sugestão e também dizer a V. Exa. que vi alguns discursos seus na Casa sobre vários temas, principalmente sobre a questão de política social para os mais humildes, que é um tema muito caro a V.Exa. Mas vi, poucas vezes, V.Exa. falar de segurança pública. Fico animado em vê-lo tocar no assunto, porque é um assunto muito grave, hoje, no Distrito Federal. As pessoas falam muito da saúde, que também é outra questão grave, e se esquecem da questão da segurança. A quantidade de sequestros-relâmpago que tivemos no mês passado é um absurdo, e deveria preocupar esta Casa. A sociedade inteira está discutindo como resolver isso de forma objetiva e prática. Então, eu queria deixar esse depoimento aqui.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Muito obrigado, Deputado Reguffe, pela alusão, mas já dei minha contribuição à Segurança durante 32 anos da minha vida e acho que ela está em boas mãos.

O que dificulta a política de segurança é exatamente a falta de visão de todos os governos no que diz respeito, principalmente, à reposição de efetivos. Hoje me atrasei para a reunião da Mesa Diretora porque estava, juntamente com o Deputado Cláudio Abrantes, atendendo uma comissão de concursandos da Academia de Polícia que tentam ingressar no curso de formação. Há uma dificuldade técnica, mas eles querem entrar. Seria bom que eles fizessem o curso para que houvesse gente no banco de reservas, e as aposentadorias fossem repostas de imediato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Quero fazer um louvor a quem trabalha na Segurança, a todos os abnegados trabalhadores da área de Segurança. Na próxima semana ou na outra, vou citar a cidade de Ceilândia e fazer uma revelação sobre o número de ocorrências que há anualmente – vou falar da minha área, da área de onde venho – e quantos policiais civis são encarregados de cuidar daquele gigantesco número de ocorrências. É algo descomunal, que só nós, da Segurança, que temos devoção pelo que fazemos, somos capazes de fazer.

Eu queria deixar como contribuição esta sugestão: vamos pegar os temas principais, vamos nos ombrear a quem faz segurança, a quem tem a gestão da segurança, para tentar melhorar o estado de insegurança que a população tem.

E reafirmo que a Polícia Militar, a quem incumbe o policiamento ostensivo, por certo dobrará o seu ânimo com o plano de carreira que, se Deus quiser, daqui até o final do ano, eles terão. Será um novo alento, e haveremos de melhorar o estado em que nos encontramos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Pergunto ao Plenário se podemos abrir mão dos Comunicados de Parlamentares. Não havendo objeção do Plenário, passaremos à Ordem do Dia. (Pausa.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 973, de 2008, que inclui o Dia do Pioneiro no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, 12 de setembro, dia do aniversário do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Trata-se do item nº 12.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em seguida, conforme acordamos, passaremos à votação do item que trata do passe livre estudantil, uma vez que os estudantes estão no aguardo disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 12:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 973, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “inclui o Dia do Pioneiro de Brasília no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 973, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “inclui o Dia do Pioneiro de Brasília no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, seguindo a ordem já acordada, vamos começar a apreciação dos vetos pelo passe



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

livre porque esse é um acordo que fizemos na quarta-feira, ainda em Planaltina. Em seguida, os do PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está certo.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 162 - Suplemento, de 09/09/2009, juntamente com a ata sucinta da 72ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aconteceu algum problema com o item nº 6, que trata de um projeto de minha autoria e do Deputado Rogério Ulysses, que denomina uma praça a ser inaugurada em São Sebastião como Praça da Bíblia. Pensávamos que já havia sido votado em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciaremos esse item a seguir.

Item nº 4:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatarei os motivos do veto. Foi encaminhada a Mensagem nº 190, de 2009, e o Poder Executivo alega que: “vetei o art. 1º, na parte em que confere redação ao art. 21, inciso III, IV e § 5º, da Lei nº 239/1992, assim como o inciso IV do art. 6º, como também os incisos II, III e IV do art. 7º e parágrafo único do art. 9º do Projeto de Lei nº 1.245/2009, que ‘altera dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992’”. Ele afirma que: “conforme entendimento consolidado na jurisprudência do TJDF, ante o que previsto no art. 71, inciso IV, § 1º, da LODF, são formalmente inconstitucionais os dispositivos legais oriundos de emenda parlamentar que determinem a criação de órgãos na Administração Distrital, bem como imponham atribuições e aumento de despesas a estes órgãos. Daí o veto aposto ao inciso IV, art. 6º do Projeto de Lei nº 1.245/2009”.

Sr. Presidente, essa é a mensagem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Solicito à Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, e à Deputada Erika Kokay que se posicionem a respeito do acordo. (Pausa.)

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto as Líderes não se manifestam quanto à votação do veto, solicito que V.Exa. faça uma inversão de pauta para apreciarmos o item nº 6 em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 6:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.304, de 2009, de autoria dos Deputados Brunelli e Rogério Ulysses, em que “fica denominado Praça da Bíblia o logradouro público que especifica”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final Projeto de Lei nº 1.304, de 2009, de autoria dos Deputados Brunelli e Rogério Ulysses, em que “fica denominado Praça da Bíblia o logradouro público que especifica”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Esta Presidência indaga às Líderes se já há encaminhamento para a votação dos vetos. (Pausa)

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos os entendimentos das Líderes, eu gostaria de registrar que nós lamentamos profundamente o ocorrido na nossa capital, que muito nos abalou, o assassinato bárbaro do ex-Ministro José Guilherme Villela, num dos setores mais nobres da cidade, porque, sem dúvida nenhuma, é um desgaste um crime dessa envergadura. Esperamos que a Polícia Civil do Distrito Federal possa localizar e prender os autores desse crime hediondo.

Portanto, Sr. Presidente, protocolamos uma moção que “hipoteca votos de pesar pelo falecimento do Senhor José Guilherme Villela, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral – TSE”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 162 - Suplemento, de 09/09/2009, juntamente com a ata sucinta da 72ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência inclui as 3 moções na pauta de votação.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 434, de 2009, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que “hipoteca votos de pesar pelo falecimento do Senhor José Guilherme Villela, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral-TSE”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 435, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “apresenta moção de pesar pelo falecimento do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Alberto Menezes Direito”.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 436, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Gama, as pessoas que menciona”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós já fizemos um acordo quanto à análise dos vetos à Lei do Passe Livre.

Se todos olharem o item nº 4 da pauta de hoje, verificarão o seguinte: vetados aqui pelo Governo o inciso III, o inciso IV do artigo 1º, § 5º. Nós estamos derrubando o veto do inciso III, o veto do inciso IV, e o inciso IV do artigo 6º também derrubamos. São 3 vetos a derrubar, que poderíamos examinar em bloco.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós temos o entendimento de que o transporte não é público no Distrito Federal, na medida em que se paga por ele. É diferente da saúde e da educação pública. É um transporte coletivo. A necessidade que nós tivemos, durante a discussão do passe livre, foi de ampliar ao máximo sua concessão, na perspectiva de chegarmos a uma situação em que o transporte fosse realmente público para todas e todos. Mas reconhecemos os limites que temos, inclusive numéricos, nesse processo de negociação. E, como o Governo tem feito uma discussão de que não regulamenta, responsabilizando indevidamente esta Casa pelo atraso na regulamentação do passe livre, pelo menos nas condições encaminhadas pelo Executivo, nós discutimos para que, embora quiséssemos derrubar todos os vetos, o que foi possível em negociação com o Governo foi a derrubada de apenas esses 3 vetos que aqui já foram nominados: aos incisos III e IV, § 5º do artigo 1º, e ao inciso IV do artigo 6º. Nós poderíamos votá-los em bloco. Eles dizem respeito à gratuidade às pessoas com deficiência, o que já é assegurado no corpo da própria Lei, à gratuidade para qualquer horário e qualquer itinerário — obviamente as condições serão devidamente regulamentadas — e à participação de um representante do Movimento do Passe



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Livre no Distrito Federal para o Comitê do Passe Livre Estudantil, que terá as competências consultora e fiscalizadora.

Então, quanto a esses 3 itens, há acordo para que possamos derrubá-los. Portanto, podemos apreciá-los em bloco, Sr. Presidente.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda sobre o encaminhamento da votação, o que a Deputada Erika Kokay acabou de explicitar é exatamente o resumo que nós tínhamos feito. Então, não há discordância entre os encaminhamentos das 2 lideranças. Concordamos com que possam ser votados em bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, a apreciação dar-se-á quanto aos incisos III e IV, § 5º, do artigo 1º do projeto de lei, e também ao inciso IV do artigo 6º do mesmo projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a orientação da bancada do Governo é que votemos pela derrubada dos vetos que já foram aqui nominados tanto por mim quanto pela Deputada Erika Kokay.

Repetindo, para orientação da bancada: nós estamos derrubando o veto ao inciso III e ao inciso IV do art. 1º, § 5º, e estamos derrubando o inciso IV do art. 6º.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a bancada do PT votará pela derrubada desses 3 itens que serão apreciados em bloco. Portanto, votará “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	19



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): incisos II e III do art. 1º, inciso II do art. 6º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 1.245/09

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT					
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT		X			
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL		21		03	

ASSP 1/200 SECRETÁRIO DEP. LEONARDO PRUDENTE ASSP Nº 1 Fls.º

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	21	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	03		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos contrários. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

O veto do Sr. Governador apostado aos incisos III e IV do art. 5º (Pausa.)

Os vetos aos incisos III e IV do § 1º, do art. 5º, e ao inciso IV do art. 6º foram derrubados. Repetindo: os vetos aos incisos III e IV do artigo 1º e ao inciso IV do art. 6º não foram mantidos, foram derrubados.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, encerrada essa votação, sugiro que apreciemos os vetos ao PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há acordo, Deputada Eurides Brito?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sim, Sr. Presidente. Votaremos tema por tema.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Colocaremos agora em apreciação o veto ao § 5º do art. 1º, aos incisos II, III e IV do art. 7º e ao parágrafo único do art. 9º. Eram os demais vetos que havia no projeto do Passe Livre.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – O encaminhamento, Sr. Presidente, é pela manutenção dos vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	22



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): 5ª do art 1º; inciso II, III, IV do art 7º, parágrafo único do art 9º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 1.245/09

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT	-			X	
	CHICO LEITE - PT	-			X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOCTOR CHARLES - PTB	-			X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	21			03	

ASSP _____
SECRETÁRIO DEP. BAIÃO RENATO
ASSP Nº 1
Fls.º

VOTOS "SIM"	21	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	03		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

Ficaram mantidos os vetos ao § 5º do art. 1º, aos incisos II, III e IV do art. 7º e ao parágrafo único do art. 9º.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Deputada Eurides Brito, então, há acordo para retornarmos ao PDOT?

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há acordo para retornarmos ao PDOT a partir do subitem nº 14.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Subitem nº 14:

Apreciação do veto ao § 3º do art. 84 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a orientação do Governo é pela manutenção. Portanto, o voto é “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	24



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): § 3º do Art. 84

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

76/07

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM					
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT				X	
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	17			07	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP Nº _____ Fls.º _____

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Subitem 16:

Apreciação do veto ao § 3º do art. 113 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento é pela derrubada do veto. Portanto, o voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): 3ª do Art. 113

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): ROGÉRIO ULYSSES

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X	
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT	X				
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	03	13	—	08	

ASSP SECRETÁRIO DEP. BISPO RENATO ASSP Nº 1 Fls. °

VOTOS "SIM"	03	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	13	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos contrários e 3 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Subitem nº 17:

Apreciação do veto ao inciso VI do art. 119 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento é pela manutenção do veto. O voto deve ser “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	28



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): inciso VI do Art. 119

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X	
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM				X	
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT		X			
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	13	02		09	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP Nº _____
Fls.º _____

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 2 votos contrários. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Subitem nº 18:

Apreciação do veto ao art. 120 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, tanto este artigo quanto o anterior dizem respeito a habitações de interesse social. Eles buscam, no corpo do projeto que foi vetado, unicamente se adequar ao que está previsto na Medida Provisória nº 459.

Sr. Presidente, a bancada governista decidiu manter o veto ao art. 119, que determina que os processos de licenciamento ambiental e urbanístico sejam específicos, assegurando, inclusive, a compensação ambiental. Este agora, que diz respeito à regularização fundiária com normas, critérios e procedimentos a serem estabelecidos em regulamento próprio, coaduna-se com a Medida Provisória nº 459, que trata do projeto de regularização fundiária de parcelamentos de interesse social, ao mesmo tempo em que assegura as medidas necessárias para a promoção da sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada, assegurando, inclusive, as compensações urbanísticas e ambientais previstas em lei. Apenas estabelece normas próprias para áreas de interesse social.

Eu queria fazer o alerta de que tanto esse artigo quanto o art. 121 caminham na mesma lógica de estabelecer condições para licenciamento ou para normas urbanísticas de ocupações, assentamentos, adensamentos urbanos de interesse social. Quando se mantém o veto, está se indo de encontro ao que estabelece a Medida Provisória nº 459 e está sendo dificultado o processo de regularização dos adensamentos urbanos de interesse social, ou seja, de baixa renda.

Portanto, Sr. Presidente, vamos sustentar a mesma posição que mantivemos na apreciação do artigo anterior: pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01, 09 / 2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 120

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT		X			
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	16	02		06	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 2 votos contrários e 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Subitem nº 19:

Apreciação do veto ao art. 121 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este artigo fala que a regularização de assentamentos informais com características urbanas no Distrito Federal, em áreas com declividade de até 30%, estará submetida ao artigo 3º da Lei Federal nº 6.766. Esta lei dispõe que as áreas com declividade superior a 30% deverão ser objeto de análise do órgão ambiental. O artigo do PDOT que foi vetado apenas remete à necessidade de se seguir o que prevê a lei federal, que tem maior poder. Com relação à declividade superior a 30%, deve-se considerar uma série de coisas, tais como, normas de edificação, uso e gabarito.

Então, Sr. Presidente, não entendemos por que o Governo local vetou esse artigo, já que há previsão na lei federal desses dispositivos para novos parcelamentos, e as razões que movem a existência dessa previsão são de aspectos ambientais. Portanto, se os assentamentos vão ser regularizados, é necessário considerar os dispositivos em leis federais para os novos assentamentos, na medida em que estamos discutindo a necessidade de sustentabilidade ambiental.

Portanto, não entendo por que o Governo vetou, já que é um Governo que se diz preocupado com a legalidade. Não entendo por que o dispositivo federal que está caracterizado para proteção ambiental tem de ser vetado. Tampouco entendo – não sei qual é a posição da Liderança do Governo, porque se recusou a negociar e a discutir conosco previamente, o que considero extremamente antidemocrático. Mas, em verdade, como defendemos os direitos humanos, não podemos forçar ninguém a estabelecer uma discussão. Achamos que isso vai de encontro ao sentido máximo desta Casa, que deveria ser negociarmos, discutirmos e buscarmos, até a exaustão, a elaboração de consensos. Mas, como a base de Governo se recusou a negociar conosco os vetos, não sei qual será a posição da base do Governo acerca deste veto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Vamos votar pela derrubada deste veto, até porque ele apenas reproduz um dispositivo que já existe em lei federal para novos parcelamentos e nos ajuda a termos uma cidade preservada para as futuras gerações.

O direito ao meio ambiente é de quarta geração. É um direito essencialmente humano, porque só os seres humanos têm a capacidade de planejar o futuro e de se preocupar com ele. Só os seres humanos têm a capacidade de serem instrumentos de preservação dos direitos dos que estão na Terra e ainda terem a preocupação de preservar os direitos dos que ainda não estão conosco, mas que virão nas futuras gerações.

Em defesa de Brasília, vamos derrubar o veto de um Governador que se diz legal, mas que veta um artigo que apenas se remete a dispositivos já assegurados em lei federal.

Portanto, Sr. Presidente, nossa posição é pela derrubada do veto. O nosso voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o encaminhamento é pela manutenção. Portanto, o voto é “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	34



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): A7.121

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT				X	
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÓNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	16	01		07	

ASSP _____ Nº _____
SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato FIs. ° _____

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto apostado ao art. 121 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei contrariamente ao projeto do PDOT e votarei pela manutenção de todos os vetos para que não se dê legitimidade a esse projeto.

Na minha opinião, esta cidade, com certeza, deveria ter uma revisão de seu plano diretor, mas essa revisão deveria estar voltada para a futura qualidade de vida da cidade e não voltada para os interesses da especulação imobiliária.

Para não legitimar e para ser coerente, como votei contrariamente ao projeto do PDOT, votarei pela manutenção de todos os vetos para que nada vire lei com o meu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está registrada a sua declaração de voto.

Subitem nº 20:

Apreciação do veto ao art. 133 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhamos pela manutenção do veto. Votamos “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 133

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	16			08	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP Nº _____ Fls.º _____

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto apostado ao art. 133 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Subitem nº 21:

Apreciação do veto ao inciso XXXIII do art. 135 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a nossa posição é fruto de uma análise item a item. Temos uma responsabilidade, um mandato parlamentar. Cabe a nós defender o meio ambiente, a ordem urbanística, o processo arduamente construído neste país para que se estabeleçam as condições de existência de cidades ou de bairros; defender, portanto, uma lógica que se contraponha ao crescimento desordenado.

Essa foi a nossa posição na discussão do próprio PDOT e é a nossa posição na apreciação dos vetos. Nós não poderíamos retirar uma única posição ao analisarmos assuntos tão díspares. Por exemplo, algo muito emblemático, extremamente emblemático na discussão do PDOT diz respeito à criação do Bairro Catetinho. O artigo que trata dessa criação não foi vetado, já é lei. Esse artigo foi preservado pelo Governador. Ele não foi objeto de veto. O Governador, portanto, posicionou-se favoravelmente à criação do Bairro Catetinho. Ontem, na arguição do diretor da ADASA, ele mesmo disse que a impermeabilização provocada pelo Catetinho terá consequências no abastecimento de água do Distrito Federal, uma vez que se trata de uma área de recarga de aquíferos. Então, em relação ao Catetinho, situação emblemática, como o Governador está de acordo com ele, o artigo não é objeto de veto.

O Governador vetou a esta Câmara o conhecimento das poligonais. Eu não sei qual vai ser a posição da bancada do Governo, se em defesa da Câmara e do seu mandato parlamentar, se em defesa de uma posição absolutamente a favor da obscuridade e da falta de transparência do Governo local. Nós vamos apreciar os vetos do PDOT. Há o veto do Governador para que esta Casa receba as poligonais, se não me falha a memória, 60 dias após a aprovação do PDOT. Já é um absurdo que façamos uma discussão e aprovemos uma revisão do PDOT sem conhecer as poligonais e sem termos mapa, porque não tínhamos mapa quando votamos o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PDOT. Absurdo maior é concordar com o fato de que o Governador esteja desobrigado de apresentar à sociedade – e considero que esta Casa é representante da sociedade – as poligonais, que versam a reestrutura e a revisão do PDOT.

Portanto, não votaremos nunca a favor de que o poder se concentre de forma absolutista na mão do Governador do Distrito Federal e de que esta Casa seja enfraquecida na sua função precípua, fundamental para a constituição do Estado Democrático de Direito.

Então, a bancada do PT votará ora “sim”, ora “não”, mas sempre com a mesma intenção de preservar o meio ambiente, de preservar a ordem urbanística, os mecanismos de construção democrática de uma cidade e também com a intenção de enfrentar a ocupação desordenada do solo e a ocupação desordenada legalizada ou pseudolegalizada pelo Governo local, tudo aquilo que alimenta a especulação imobiliária tão presente e tão nítida nas ações do Governo do Distrito Federal em vários aspectos. A nossa posição será essa.

Com relação especificamente ao artigo que estamos discutindo, artigo 135, nós vamos votar pela manutenção do veto, porque vários setores habitacionais que estão referidos nesse artigo já têm previsão, no próprio PDOT, de existirem. Portanto, esses setores não precisam estar nesse dispositivo. Por outro lado, o Governo indica áreas intersticiais localizadas entre conjuntos residenciais de todas as regiões administrativas em locais que seriam destinados à demanda habitacional. Não posso pegar uma área intersticial entre habitações e simplesmente autorizar que ela passe a atender a uma demanda habitacional, porque isso pode representar um impacto absolutamente cruel para a qualidade de vida, para o ordenamento urbanístico, quiçá para a preservação do meio ambiente, quiçá para a ocupação desordenada e, fundamentalmente, para a qualidade de vida dos moradores. O que se está votando aqui são assentamentos, estratégias de regularização fundiária de uma série de áreas que já estão previstas, e a possibilidade de que, entre as casas – ditas intersticiais –, tenhamos habitações construídas sem que tenham sido feitos estudos técnicos de tudo aquilo que reza o bom senso, o amor a Brasília e a legislação deste país.

Portanto, Sr. Presidente, iremos manter o veto ao art. 135.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu encaminhamento para a votação do subitem nº 25, inciso XXXIII, é pela sua derrubada. Portanto, o meu voto é “não”.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero, deste microfone, apelar aos colegas que se encontram nos gabinetes e aos que estão aqui na sala do cafezinho que voltem ao plenário para que o ritmo da votação não caia. Vários Deputados me pediram que houvesse essa votação. Portanto, quem estiver acompanhando a votação dos gabinetes e da sala do cafezinho, por gentileza, compareça ao plenário para a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	41



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): início XXIII de Art. 135

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46107

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): Roberto Uliano

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	02	14		08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>Roberto Uliano</u>	ASSP Nº <u>1</u>
		Fls.º

VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço aos Deputados Benício Tavares, Cláudio Abrantes e também aos demais que estão na Casa que venham ao plenário.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o processo que acabamos de ver não é o mais democrático, porque, por 2 vezes, foi feita a chamada nominal dos Deputados, apuraram-se 12 votos, chamaram-se os Deputados ausentes e a Presidência não anunciou o resultado. Vossa Excelência esperou que a bancada do Governo tivesse a maioria ou o *quorum* necessário para anunciar o resultado. Falo, muito tranquilamente e com muita serenidade, que, se o Governo e a base têm dificuldade em derrubar os vetos que desejam, podemos encerrar a sessão e aguardar que o *quorum* da base Governista dê maior margem à votação, para que não tenhamos de assistir – não assisto a isto passivamente; por isso contesto – ao que acabamos de ver. Por duas vezes, chamaram-se os Deputados e não se anunciou o resultado. Buscaram Deputados, que adentraram o plenário e votaram sem emitir nenhuma voz. Houve apenas a voz daquele que estava responsável por fazer a chamada nominal. Essa não é a melhor forma para assegurarmos a democracia e o cumprimento do Regimento desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, eu ainda não havia anunciado o resultado quando os Deputados entraram no plenário e votaram.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 14 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto aposto ao inciso XXXIII do art. 135 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro que, em momento algum, o Deputado Bispo Renato respondeu à chamada nominal de votação por outro Parlamentar. Ao contrário, S.Exa. desempenha um trabalho sério, que não pode ser colocado em dúvida. Foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

mencionado pela Deputada Erika Kokay que S.Exa. respondeu à votação por outros Deputados, o que não é verdade. Estou acompanhando tudo desde o início, e S.Exa. tem realizado um brilhante trabalho aqui.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas reafirmo o que disse o Deputado Geraldo Naves. Não é crível alguém pensar que exista Parlamentar nesta Casa que responda à chamada nominal por outro. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Subitem nº 22:

Apreciação do veto ao inciso XXXIV do art. 135 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a apreciação em bloco, haja vista que os próximos 3 itens possuem igual encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Se o Plenário estiver de acordo, apreciaremos os itens seguintes em bloco. (Pausa.)

A Deputada Erika Kokay já disse que não há acordo para esse encaminhamento.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento da votação é pela derrubada do veto. O voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.
(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	45



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01, 09 / 2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): inciso XXXIV do Art. 135

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL		16		06	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP Nº _____
Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	16	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários, 2 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Subitem nº 23:

Apreciação do veto ao inciso XXXV do art. 135 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento da votação do Subitem nº 23 é pela derrubada do veto. Portanto, o voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	47



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): artigo XXV do Art. 135

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	02	16		06	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP Nº 1 Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	16	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 16 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Subitem nº 24:

Apreciação do veto ao inciso XXXVI do art. 135 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento do Subitem nº 24 é pela derrubada. Portanto, o voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 01/09/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): mais XXVI do A.L. 135

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S) _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	02	16		06	

ASSP _____ Nº _____
SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato Fls.º _____

VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	16	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2009	15h45min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 16 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme havíamos combinado com a Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputada Erika Kokay, e com a Deputada Eurides Brito, nós vamos parar a apreciação no Subitem nº 24 do PDOT, e a Mesa poderá dar continuidade a outras questões.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h59min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 166-Suplemento, de 15/9/2009.